

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

INTRODUÇÃO

O presente instrumento foi elaborado como ferramenta de planejamento da futura contratação de empresa para fornecimento de peças/componentes/fluídos, para manutenção/recuperação de caminhões, ônibus, micro ônibus e vans, da frota municipal.

Com a nova Lei de Licitações o ETP passou a ser um instrumento imprescindível e integrante da fase interna de planejamento, que serve, essencialmente, para assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratação pretendida, propiciando eficiência e economicidade na gestão dos recursos públicos, posto que a realização de estudos previamente delineados por vezes conduz o agente público ao conhecimento de novas metodologias ofertadas pelo mercado.

Este procedimento licitatório para aquisição de peças e serviços seguirá o rito da Lei Federal 14.133/2021.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)

A necessidade de adquirir peças/componentes/fluídos dos caminhões/ônibus/micro ônibus/vans para a manutenção da frota municipal surge em decorrência de múltiplos fatores. Primeiramente, o crescimento constante da frota municipal, seja devido à ampliação dos serviços prestados à comunidade ou à substituição de veículos mais antigos, demanda uma quantidade maior desses componentes essenciais. Além disso, o desgaste natural das peças devido ao uso contínuo dos veículos requer reposição periódica para garantir a segurança dos motoristas e passageiros, bem como a eficiência operacional dos veículos. Considerando ainda as projeções de expansão futura da frota, crucial antecipar e satisfazer essa demanda crescente, assegurando que a infraestrutura necessária esteja prontamente disponível para atender às necessidades presentes e futuras da administração municipal.

2. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)

Previsto no Plano Anual de Contratações. Aba Serviços Itens 988 a 1186.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Os requisitos para a contratação de fornecedores de peças/ componentes/ fluídos de caminhões/ônibus/micro ônibus/vans para a frota municipal incluem:

Capacidade de fornecimento: O fornecedor deve ter capacidade comprovada, para fornecer as peças/componentes/fluídos necessárias na quantidade e qualidade exigidas dentro dos prazos estipulados.

Conformidade com normas técnicas: Os produtos fornecidos devem estar em conformidade com as normas técnicas e de segurança aplicáveis, garantindo a qualidade e a segurança dos componentes adquiridos.

Experiência e reputação: É desejável que o fornecedor possua experiência prévia na prestação de serviços similares para entidades públicas ou privadas e uma reputação sólida quanto à qualidade dos produtos fornecidos.

Capacidade de atendimento pós-venda: O fornecedor deve demonstrar capacidade para oferecer suporte técnico e assistência pós-venda, incluindo garantia dos produtos e fornecidos.

Documentação necessária: O fornecedor deve apresentar toda a documentação exigida no processo de contratação, incluindo, atestados de capacidade técnica, entre outros documentos pertinentes.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021):

A estimativa é baseada no Pregão Eletrônico 073/2023, bem como o tamanho da frota e quanto ao tempo de desgaste por uso das peças/componentes/fluídos.

5. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021)

Hoje no mercado atual, há uma variedade de soluções disponíveis para aquisição de peças de caminhões/ônibus/micro ônibus/ vans da frota municipal.

Empresas reconhecidas mundialmente pela qualidade e confiabilidade de seus produtos. Essas empresas oferecem uma ampla gama de peças para diferentes tipos de veículos e aplicações, com opções que atendem às necessidades específicas da frota municipal.

Distribuidores regionais: Distribuidores locais ou regionais de peças que podem oferecer uma variedade de marcas e modelos, muitas vezes a preços competitivos. Esses distribuidores podem ser uma opção conveniente para aquisições menores ou para atender necessidades específicas da frota municipal.

Revendedores de peças automotivas: Revendedores especializados em peças automotivas que também podem oferecer uma seleção de peças. Esses revendedores podem ser uma opção conveniente para adquirir as peças junto com outros acessórios necessários para a manutenção da frota municipal.

Fornecedores online: Plataformas de comércio eletrônico que oferecem uma ampla variedade de opções de peças de diversos fabricantes. Essas plataformas podem oferecer conveniência e facilidade de comparação de preços e especificações técnicas, facilitando o processo de aquisição para a administração municipal.

A aquisição de peças/componentes/fluídos importadas também pode ser uma opção a considerar, desde que atendam aos requisitos de qualidade, segurança e custo-benefício estabelecidos pela administração municipal.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021)

Com base no consumo dos últimos 12 (doze) meses e com o pregão 073/2023 a estimativa é de 6.230.000,00 (seis milhões, duzentos e trinta mil reais).

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021)

A solução completa para a aquisição de peças/componentes/fluídos para a frota municipal envolve uma análise abrangente das diversas opções disponíveis no mercado, considerando tanto peças importados quanto peças de fabricação nacional, bem como outras soluções alternativas.

Seleção das soluções mais adequadas: Com base na análise das opções disponíveis, foram selecionadas as soluções mais adequadas para atender às necessidades específicas da frota municipal, levando em consideração critérios como qualidade, custo, disponibilidade, suporte técnico, impacto ambiental, durabilidade e capacidade de atendimento das demandas futuras. A aquisição das peças proporciona maior controle e flexibilidade sobre os recursos, permitindo que a Administração pública atenda de forma eficaz e eficiente às necessidades da comunidades.

Aquisição e distribuição das peças: O processo de aquisição das peças será conduzido de acordo com as condições estabelecidas nos contratos, incluindo o cumprimento de todas as formalidades legais da lei 14.133 e demais legislações pertinentes ao certame. As peças serão então distribuídas para os diferentes veículos da frota municipal conforme necessário. Essa solução também contribui significativamente para a melhoria da qualidade dos serviços do Departamento de Controle de Frotas oferecidos à população, evidenciando o compromisso da Administração Pública em promover o bem-estar e a satisfação dos servidores e cidadãos.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021)

Ao optar por não agrupar os itens, a administração promove uma competição mais direta entre os fornecedores, incentivando-os a apresentar propostas competitivas para cada item individualmente. Isso contrasta com a abordagem de agrupamento, que resultaria em disputas por lotes de itens. Ao permitir a competição item a item, pretende-se garantir uma compra mais vantajosa e selecionar os fornecedores como melhor preço em cada categoria de produto, maximizando assim a eficiência e a economia de recursos públicos.

9. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da Lei 14.133/2021)

Os resultados pretendidos da aquisição de peças/componentes/fluídos para a frota municipal podem ser demonstrados através de diversos indicadores e métricas, que refletem os benefícios esperados para a administração pública e para a comunidade atendida.

Redução de custos operacionais: Monitoramento do custo total de propriedade das peças/componentes/fluídos, incluindo aquisição, manutenção e substituição, comparando-o com períodos anteriores ou com outras opções de aquisição.

Aumento da eficiência operacional: Avaliação da disponibilidade dos veículos da frota para operação. O objetivo é demonstrar um aumento na disponibilidade dos veículos devido à redução de paradas não planejadas devido a problemas relacionados às peças.

Garantia da segurança dos veículos: Monitoramento de indicadores de segurança, como o número de acidentes relacionados a problemas relacionados às peças, aumentando a segurança dos motoristas e passageiros.

Maior durabilidade das peças: Acompanhamento da vida útil das peças adquiridas, comparando-a com a vida útil média esperada ou com períodos anteriores.

Sustentabilidade ambiental: Avaliação do impacto ambiental da aquisição de peças, incluindo a redução na geração de resíduos e o uso de materiais reciclados. O objetivo é demonstrar um compromisso com a sustentabilidade ambiental, contribuindo para a redução do impacto ambiental da frota municipal.

Satisfação do usuário: Realização de pesquisas de satisfação junto aos usuários da frota municipal, incluindo motoristas e gestores de frota. O objetivo é obter feedback sobre a qualidade e o desempenho das peças adquiridas, identificando áreas de melhoria e garantindo a satisfação dos usuários.

Ao demonstrar esses resultados pretendidos, a administração municipal pode avaliar o impacto positivo da aquisição de peças na operação da frota, na segurança dos veículos e na satisfação dos usuários, justificando o investimento realizado e subsidiando decisões futuras relacionadas à gestão da frota municipal.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Os serviços de substituição das peças/componentes/fluídos adquiridas serão realizados pelos servidores do pátio de máquina e pela empresa vencedora do certame de serviços, quando necessário.

11. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021)

A aquisição de peças/componentes/fluídos para a frota municipal pode ter diversos impactos ambientais, tanto positivos quanto negativos. É importante considerar esses impactos

ao tomar decisões relacionadas à escolha das peças e à gestão da frota. Alguns dos possíveis impactos ambientais são:

Impacto durante a produção: A fabricação de peças envolve o uso de recursos naturais, metais e petróleo, bem como processos industriais que consomem energia e água. Isso pode resultar em emissões de gases de efeito estufa, consumo de água e geração de resíduos sólidos e líquidos.

Descarte e reciclagem: O descarte inadequado das peças usadas pode representar um problema ambiental significativo, contribuindo para a poluição do solo e da água. Hoje muitas indústrias já substituíram materiais antes prejudiciais ao meio ambiente por outros que possam ser reaproveitados futuramente.

Preocupada com os potenciais impactos ambientais decorrentes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal requer que a empresa contratada se comprometa a promover o desenvolvimento nacional sustentável, conforme estabelecido no artigo 225 da Constituição Federal de 1988. Isso deve ser atestado por meio de uma declaração assinada pela empresa proponente, comprometendo-se a cumprir diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental.

12. O REGIME DE FORNECIMENTO DE BENS, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OU DE EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, OBSERVADOS OS POTENCIAIS DE ECONOMIA DE ESCALA

Fornecimento parcelado.

13. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, O CRITÉRIO DE JULGAMENTO, O MODO DE DISPUTA E A ADEQUAÇÃO E EFICIÊNCIA DA FORMA DE COMBINAÇÃO DESSES PARÂMETROS, PARA OS FINS DE SELEÇÃO DA PROPOSTA APTA A GERAR O RESULTADO DE CONTRATAÇÃO MAIS VANTAJOSO PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

Modalidade de licitação: Pregão

Critério de julgamento: Maior desconto item

Modo de disputa: Aberto

14. MOTIVAÇÃO CIRCUNSTANCIADA DAS CONDIÇÕES DO EDITAL, TAIS COMO JUSTIFICATIVA DE EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, MEDIANTE INDICAÇÃO DAS PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA TÉCNICA OU VALOR SIGNIFICATIVO DO OBJETO, E DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, JUSTIFICATIVA DOS CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS, NAS LICITAÇÕES COM JULGAMENTO POR MELHOR TÉCNICA OU TÉCNICA E PREÇO, E JUSTIFICATIVA DAS REGRAS PERTINENTES À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO;

Nada consta.

15. ANÁLISE DOS RISCOS QUE POSSAM COMPROMETER O SUCESSO DA LICITAÇÃO E A BOA EXECUÇÃO CONTRATUAL

Em anexo.

16. DESDE QUE JUSTIFICADO, O ORÇAMENTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO PODERÁ TER CARÁTER SIGILOSO, SEM PREJUÍZO DA DIVULGAÇÃO DO DETALHAMENTO DOS QUANTITATIVOS E DAS DEMAIS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS, E, NESSE CASO: I - O SIGILO NÃO PREVALECERÁ PARA OS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO; PARÁGRAFO ÚNICO. NA HIPÓTESE DE LICITAÇÃO EM QUE FOR ADOTADO O CRITÉRIO DE JULGAMENTO POR MAIOR DESCONTO, O PREÇO ESTIMADO OU O MÁXIMO ACEITÁVEL CONSTARÁ DO EDITAL DA LICITAÇÃO.

Não se aplica sigilo a este processo por entender que as divulgações das informações não terão prejuízos a administração.

17. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021).

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal e suplente designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Deonir Caldato
Fiscal Administrativo:	Joel Roberto da Silva Oliveira
Fiscal de Recebimento/Execução:	Joel Roberto da Silva Oliveira
Fiscal Técnico:	Deonir Caldato
Suplentes:	Olisses de Lima Boeno

18. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021)

Considerando que as peças são componentes essenciais para a operação segura e eficiente da frota municipal, a aquisição de peças adequadas é fundamental para garantir a mobilidade e a prestação de serviços à comunidade de forma sustentável.

Ao escolher peças que atendam aos requisitos de qualidade, durabilidade e eficiência energética, a administração municipal pode não apenas reduzir os custos operacionais e melhorar a segurança dos veículos, mas também minimizar o impacto ambiental da operação da frota, contribuindo para a conservação de recursos naturais e a redução das emissões de poluentes.

Além disso, ao considerar alternativas como peças importadas, e programas de reciclagem de peças usadas, a administração municipal pode adotar uma abordagem mais sustentável para a gestão de sua frota, promovendo a economia circular e o uso responsável dos recursos.

Portanto, conclui-se que a aquisição de peças para a frota municipal é viável quando realizada de forma criteriosa e sustentável, considerando não apenas os aspectos técnicos e econômicos, mas também os impactos ambientais e sociais, com o objetivo de promover uma mobilidade urbana segura, eficiente e ambientalmente responsável.

Dois Vizinhos, 29 de maio de 2024.

Joel Roberto da Silva Oliveira
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DE FROTAS
Matrícula Funcional 18396-1



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 7DB7-24B2-E799-9FBE

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JOEL ROBERTO DA SILVA OLIVEIRA (CPF 037.XXX.XXX-96) em 26/07/2024 15:12:25 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/7DB7-24B2-E799-9FBE>